



AS ESPECIFICIDADES DOS AUTISMOS: CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE PARA O CAMPO DA EDUCAÇÃO

Dayanna Pereira dos Santos ¹ (UFG-FE)

GT 06 - DIVERSIDADE, INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL

RESUMO

Os autismos tem ganhado visibilidade nas políticas públicas no Brasil, com a adoção de protocolo com padrões para a avaliação de riscos ao desenvolvimento psíquico de crianças de até 18 meses de idade, segundo prevê a Lei 13.438/2017, sancionada no dia 26 de abril de 2017, que altera o artigo 14º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e institui, em seu artigo único, a aplicação obrigatória de protocolo ou de outro instrumento para detecção de risco psíquico a todas as crianças de zero até 18 meses de vida nas consultas pediátricas. Tal proposição tem produzindo indagações e desafios aos campos da saúde mental e da educação quanto à função dos diagnósticos e o risco da visão instrumental dos sujeitos em detrimento da possibilidade de constituição de laço social. Logo, o objetivo do trabalho é refletir sobre os paradoxos da estruturação subjetiva dos autistas, em oposição ao estabelecimento de diagnósticos fechados. Tendo em vista os estudos de Freud (1895; 1900) sobre funcionamento psíquico e de Jacques Lacan (1974-75) acerca do enodamento entre os registros psíquicos Real, Simbólico e Imaginário, vislumbramos a partir da psicanálise que o tratamento e a educação das crianças autistas pressupõe o reconhecimento da singularidade, atravessada pela noção de não-todo e pela experiência inconsciente. Nesse caso, entendemos que a lógica singular põe em articulação as indeterminações psíquicas e o jogo pulsional. Destarte, a intervenção psicanalítica na infância constitui uma operação moderação do gozo que em excesso nos casos de autismos pode causar embaraços à constituição subjetiva.

Palavras-chave: Autismos. Políticas públicas. Tratamento. Psicanálise.

¹ Mestre em educação, doutoranda em educação pela Universidade Federal de Educação de Goiás-dayannagyn@hotmail.com



INTRODUÇÃO

Esta pesquisa investiga o processo de elaboração psíquica do que se denomina comumente como passagem do *infans* falante, considerada, sob o ponto de vista desta pesquisa, uma operação de estruturação, em que há um *initium* subjetivo dependente da função da fala. A análise parte dos textos iniciais de Freud e da teoria dos nós no final do ensino lacaniano com o intuito de tratar da estruturação subjetiva e, assim, adentrar nas particularidades dos autismos. Esse exercício investigativo traz os conceitos de pulsão, traço unário, *lalangue*, Real, Simbólico e Imaginário com vistas a explicitar que o organismo do bebê sofre a incidência da marca gerada pelos cuidados maternos.

A par dessa questão, apresentamos a estruturação subjetiva suportada pelo trançamento entre Real, Simbólico e Imaginário cuja incidência de lapsos em sua estruturação é capaz de produzir efeitos como os autismos. Com Lacan (1974-75), a teoria do nó borromeano, é apresentada como imagem de uma cadeia de três anéis, Real, Simbólico e Imaginário, em que a supressão de um causa o desligamento dos outros dois. Essa representação, todavia, não reduz o nó a um modelo ou a uma imagem. Isso porque, a topologia de borromeu evidencia operações combinatórias das dimensões R, S e I que regem a realidade psíquica.

Destarte, para investigar a complexa elaboração psicanalítica sobre a estruturação psíquica, partimos dos seguintes questionamentos: O efeito da fala do outro sobre o corpo da criança pode resultar em uma fala à deriva? É possível a criança autista estar na linguagem, mesmo sem a função da fala? Nesse contexto, abordamos a constituição subjetiva sob a lógica do nó borromeano e da trança RSI, evidenciando a estrutura sincrônica da constituição subjetiva e a necessidade de um quarto elo para sua amarração. Tendo em vista que os autistas são reveladores de tais impasses, tecemos algumas considerações acerca do entendimento de que as falhas do nó apenas serão diferenciadas depois do reparo de seus lapsos com o quarto elo. Tal proposição enfatiza uma não-fixação da estrutura psíquica na infância.

A INCIDÊNCIA DA LINGUAGEM NO CORPO

Em seus primeiros textos Freud trata a linguagem como instituidora do aparelho



psíquico. Nessas elaborações, o psicanalista contrapôs os pressupostos da neurologia em voga acerca do funcionamento psíquico e instituiu os processos primário e secundário, análogos aos sistemas pré-consciente e inconsciente. Com efeito, em *A interpretação das Afasias* (1891/1977), Freud reconheceu a coexistência entre os eventos fisiológicos e os processos mentais não apenas como produtos de causa e efeito, mas como uma relação não reflexiva entre excitação e representação. Nessa perspectiva, o conceito de representação freudiano passou ao largo do desenvolvido pelas correntes filosóficas do século XIX. Segundo Freud, a representação vai além da ideia de imagem reflexa das coisas do mundo. Ela se configura como processo associativo, assim determinado: “a representação da palavra esta ligada a representação do objeto com a sua terminação sensorial (mediante as imagens acústicas)” (1891/1977, p.47).

Sob esse prisma, Freud e Lacan, tomam a função da fala, diferentemente do que seria tomá-la em sua função comunicativa, pressupõe a divisão subjetiva, isto é, o colocar-se na dimensão do Outro. Logo, essa ação de alteridade faz com que o aparelho de linguagem não coincida com a ideia de um aparelho para a linguagem. Isso porque se trata de um aparelho elaborado por linguagem que não existe sem linguagem e sem ser falante. Nesse processo, deparamo-nos com a indicação de que a primeira experiência de satisfação põe em marcha o funcionamento desse aparelho, via nascimento das primeiras inscrições psíquicas no campo do desejo e da demanda. O Outro primordial, ao tomar o corpo da criança, transmite-lhe sua herança simbólica.

Para Lacan, desde quando Freud (1895/2006, p. 44) apresentou o próximo cuidador [*nebenmensch*] como único poder de auxílio, primeiro objeto da satisfação e também primeiro objeto hostil do sujeito em constituição, já seria possível depreender que o agente da função materna é para o *infansum* pequeno outro (semelhante) que vai servir de grandeOutro (sistema simbólico). Isso porque, mediante os cuidados prestados ao *infans*, ele lhe oferece as peculiaridades do grande Outro — que o constituem. É por isso que, na experiência de satisfação devido à cisão engendrada pela demanda, o outro que faz a criança gozar ao atender seus apelos, torna-se a Coisa —*dasDing*— aquilo do qual a criança deseja o *desejo*. Embora não assimilável, *das Ding* como *Fremde*, estranho, primeiro exterior, faz referência ao desejo por possibilitar ao aparelho psíquico atentar-se para o campo das percepções. Com isso, baliza



o movimento do sujeito em torno de seu mundo de desejos.

Desse modo, as percepções e ações do bebê, ora *corporeidade*, são interpretadas pelo Outro, o agente materno, por exemplo. Este, por meio da prosódia de sua voz, faz traço marcando o corpo do *infans*. A voz, nesse contexto, incorpora o significante, possibilitando ao *infans* alcançar as condições necessárias para conferir significação às suas vivências procedentes. Dada à importância radical dos efeitos que a posição do Outro causa no laço com a criança, arriscamos, no decorrer desta tese, conjecturar o que agora, no final, pode ser lido da seguinte forma: o falante não é causa de si mesmo, visto que o simbólico o antecede, e modifica-o de modo primordial e irremediável. O significante engendra no corpo do *infans* uma cisão que o transforma em um ser de linguagem. Trata-se, então, da incidência da linguagem no corpo.

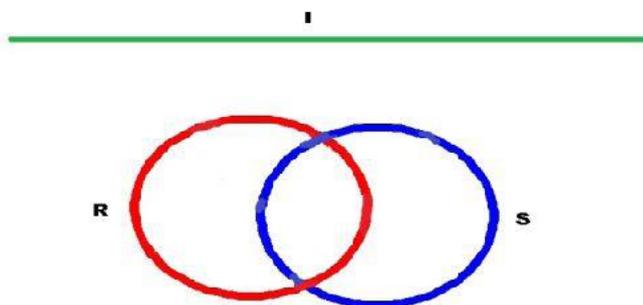
Essa incidência, inicialmente marcada pela alienação do *infans* aos significantes que o Outro lhe endereça, encontra na separação o Outro que não é o mesmo da alienação. Na separação, algo se faz como enigma. Isso significa que o Outro, nesse caso, o agente materno, não interpreta em absoluto as manifestações de seu bebê. Com efeito, nessa relação, a constituição do falante realiza-se mediante o estabelecimento de uma falta, ou seja, uma ausência causadora de uma sequência inaugural constitutiva da manifestação da alteridade, da diferença. Isso posto, vislumbramos a importância do caráter estrutural do processo de alienação e de separação ao discurso do Outro para a ascensão à posição de falante e à irreducibilidade dos efeitos de *lalangue*.

A ESTRUTURAÇÃO PSÍQUICA A PARTIR DO NÓ BORROMEANO E OS AUTISMOS: UMA LEITURA PSICANALÍTICA

Com base no exposto anteriormente, direcionamos o nosso percurso para a compreensão do que se passa na estruturação subjetiva dos autistas. Partimos da figuração do nó borromeano e, com isso, depreendemos a partir dos pressupostos de Vorcaro (2004) que nos autismos algo incide no enodamento dos registros RSI e exclui o Imaginário da ligação com o Simbólico e o Real. O enlaçamento no nó indica que os registros não se articulam por predominância ou por grau de estima ou mesmo de plano. Isso porque a escrita borromeana não suporta a primazia de um registro sobre outro.

Com isso, supõe-se

a impossibilidade presente de enodar o real da linguagem que se imiscuiu fazendo traço no corpo (por meio do qual o *infans*ressoa lalíngua), com o registro do imaginário que iria representá-lo (por meio do estabelecimento de comparações, similitudes ou dessemelhanças, transpondo-as para o registro discretizado da língua). (VORCARO, 2016, p. 749-750)



Para tratar de tal estrutura, faz-se necessário destacar que o registro imaginário é o suporte do sentido. Portanto, em casos de autismos, o seu não enlaçamento com o simbólico e o real incidirá em efeitos justamente na composição da imagem corporal e na passagem da operação de alienação à separação. Isso não indica que ele deixou de operar ou de produzir efeitos, pois situa o ponto cuja delimitação central define o lugar do objeto *a*. Logo, *lalangue* estabelece uma relação de continuidade entre sentido e sem-sentido, ao se articular tanto ao sentido originário da experiência de satisfação quanto ao sem-sentido, prévio a qualquer posição de simbolização.

Essa questão implica o reconhecimento da teoria lacaniana (1974-75) do nó borromeano de três elos como uma armação ideal que pode causar falhas, pontos de “lapsos”, os quais exigem nomeadamente o engendramento de um quarto elo como condição para que os três registros se mantenham atados. Diversas amarrações podem ser efetivadas a despeito de distintos lapsos. Para Vorcaro (2004) o nó borromeano de três elos deve ser considerado apenas como uma estrutura ideal, pois os sintomas, em cada um, explicitam que a estrutura se organiza sob a égide da falha. Essa elaboração admite, fundamentalmente, a necessidade de um quarto elo para que RSI mantenham-se atados. O quarto elo tem a função de estabelecer



um tipo de laço que respeite a heterogeneidade dos registros do Imaginário, do Simbólico e do Real. Ele explicita a solução produzida pelo sujeito frente ao impossível de se enunciar. Partindo dessa perspectiva, na direção do tratamento, as vias de amarração RSI incluem recursos próprios da linguagem (metáfora e metonímia) e produzem como efeito inscrições subjetivas particulares.

Tal conjectura lacaniana leva-nos, pressupor a constituição subjetiva como a *fixação precoce de uma estrutura*, uma operação psíquica que além os traços unários e as afeições de letras. Essa operação, causada pelas amarras tecidas por meio da fala, configura a estrutura do falante. Nesse contexto, entendemos que a fala é um ato e também uma produção de desejo, pois ela articula o sujeito à sua estrutura, sustentada tanto pelas leis da linguagem quanto por *lalíngua*. À medida que se torna veículo de gozo, a fala não mais se inscreve sob a égide da comunicação, da busca de reconhecimento do Outro. A hipótese levantada, nesse caso, segue a ideia apresentada pela topologia do nó borromeano de que na determinação constitutiva do ser falante a plenitude do gozo fálico é impossível e sua repetição é falha, logo, suporta um fracasso.

Tendo em vista essa elaboração, percebemos que as crianças autistas, embora entrem na alienação, apresentam dificuldades em realizar a intersecção entre os campos do ser e do Outro. Elas reconhecem o Outro em sua presença maciça, real, e não como uma presença simbólica. Nesse processo, o autista está aquém da articulação significativa na substituição que o conduz entre significantes. Assim, a captura da criança pelo sentido alcunhado pelo Outro pode não incidir. Igualmente, a extração do objeto *a* não se concretiza. Nessa operação, o autista ocupa uma posição subjetiva que o afasta das relações de trocas.

Ademais, se o falante é constituído por linguagem e se existe na linguagem uma função que remete ao real, para além da dimensão simbólica, a dificuldade de comunicação dos autistas não extingue a sua condição de falante. A nosso ver, eles não estão fora da linguagem. E mesmo sua que organização psíquica revele a presença de traços de imutabilidade, isso não implica uma deficiência, não os impede de habitar o mundo, de mover-se sob os sentidos que os convocam a certa reciprocidade nas relações.

Considerando o aporte conceitual de Vorcaro (2017), o autismo é tomado, para além das proposições psicopatológicas, como a maneira pela qual a criança se engendra no mundo



da linguagem e como ela se posiciona na relação com o Outro. Assim, na recusa da criança autista em fazer laço social, mantendo-se na borda do campo do Outro, há um modo singular de as crianças autistas se posicionarem frente à linguagem.

Nesse caso, os inventos da criança no autismo e suas decorrências devem ser percebidos como modalidades singulares de elaboração, e não como pura expressão clínica de desvio relativo à normalidade. Isso porque há um “saber-fazer do autista com o autismo” (VORCARO e FERREIRA, 2017, p.105). Ao reconhecer que cada autista possui um modo próprio de se posicionar no mundo, aqueles que lidam com essas crianças podem superar interpretações demasiadamente técnicas, quase rarefeitas, sobre o diagnóstico e o tratamento dessa estrutura. Nessa perspectiva, o singular no campo analítico é sustentado no fundamento de cada gesto, olhar, palavra etc., que se constitui em um caminho único e impossível de se repetir sem um ponto de diferença.

Dessa maneira, aprofundamos a análise sobre a questão dos autismos, tendo em vista o tratamento ainda na infância, conforme apresentado na clínica dos Lefort (1951-52/1984), alunos de Lacan que se dedicaram à prática da psicanálise com crianças. O trabalho do casal Lefort, é resultado de suas experiências clínicas com crianças em situações de abandono. Levando em consideração suas observações sobre o autismo, a psicose e as neuroses severas, os psicanalistas sustentam a tese de “estatuto do sujeito pela palavra” (LEFORT, R. e LEFORT, R., 1951-52/ 1984). Essa experiência clínica rendeu ao casal duas importantes obras, quais sejam: *O Nascimento do Outro* (1951-52/1984) e a *Distinção do Autismo* (2017).

A questão evocada pelos psicanalistas perpassa a hipótese de “não haver Outro” nos autismos e no valor da criação de soluções que permitam a cada autista se implantar no campo do Outro. Os Lefort compreenderam, a partir de referências clínicas engendradas pelo ensino de Lacan, o autismo fora dos modelos das estruturas clínicas postas pela psicanálise, diferenciando-a da psicose, e também problematizaram sobre os efeitos da posição do analista em relação ao modo como o autista toma algo que lhe faz certa exterioridade.

Conforme os autores,

na psicose, ainda que pudesse aí existir pulsão a partir do objeto real, o gozo em causa é aquele que do Outro a quem tudo é devido para salvaguardá-lo. No autismo, ainda que possa haver gozo, é de destruição que se trata; na



ausência de qualquer objeto, resta em jogo apenas a pulsão de morte, única pulsão fundamental que, sem a imagem narcísica, exclui o amor, mas não o gozo. Na psicose, é o Outro que goza; no autismo, é o sujeito, na língua e na cultura. (LEFORT, R. e LEFORT, R., 1951-52/2017, p. 53-54)

Sob esse prisma, apresentamos o caso de Nádia, uma garotinha de apenas treze meses de idade, separada da mãe aos dois meses de vida, em razão de uma doença grave que acometera a genitora. Tal apresentação tem como objetivo demonstrar o modo como RosineLefort, na posição de analista, a ela se dirigiu, mesmo ciente de que ali ainda não havia um sujeito constituído. Ela conferiu estatuto de sujeito à pequena criança, e isso produziu efeitos na relação da criança com a linguagem. Nesse sentido, diferente da posição anterior ao tratamento, a criança apresentou indícios de uma nova vivacidade, Nádia pôde, com o passar das sessões, em sua singularidade utilizar-se dos dispositivos da linguagem para incluir-se no campo social, transitar pela linguagem, logo fazer laço.

Importa destacar que embora a psicanálise sustente a suposição de um sujeito em constituição no tempo da infância e apresente o funcionamento distintivo da articulação significativa da língua, a hipótese levantada é a de que nos casos de autismo há a impossibilidade da demarcação diagnóstica prévia de uma estrutura clínica. Isso acontece devido à posição singular de uma criança em sua relação com alteridade na linguagem.

Com efeito, encontramos, a partir das intervenções descritas, marcas teóricas para discutir o valor da Lei 13.438/2017, que prevê a aplicação obrigatória de protocolo ou de outro instrumento para detecção de risco psíquico a todas as crianças de zero até 18 meses de vida, durante as consultas pediátricas. Para tanto, colocamos em discussão a seguinte premissa: a nova legislação pode ou não constituir um avanço na busca por novas proposições acerca do tempo e dos dispositivos engendrados tanto no diagnóstico quanto no tratamento de crianças em vias de risco psíquico? Entendemos, pois que tal aparato legal certamente possui expressividade, mas ainda está longe de ser o essencial da função de um tratamento. Isso, pois, cada um vive o processo de estruturação de forma única, caracterizado pelo resto daquilo que se deu em determinado tempo.

Nesse sentido, a ideia de risco parte do princípio de que as tendências diagnósticas deterministas e a análise isolada do caso devem ser inibidas em detrimento da observação



articulada dos indicadores. A ausência ou a presença de um indicador característico não pode ser interpretada como sinal específico de uma patologia, nem resultar em um diagnóstico fechado. Isso porque é imprevisível a forma como cada sujeito se inscreve no suposto processo de subjetivação em curso. Logo, nesse movimento, sem deixar escapar as contradições, defendemos a necessidade de que o enigma de cada sujeito seja respeitado e não extirpado pela perda da radicalidade do princípio do significante implantado no corpo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar as possíveis conclusões a que podemos chegar após a análise desenvolvida nesta pesquisa, guiada muito mais por questionamentos que por afirmações, exige reconhecer que a dimensão da fala, apresentada como tal, institui o significado via captura do que se ouve de significante. Nesse jogo, o significado, efeito do significante, decanta-se da fala, necessitando de um material significante para constituir a possibilidade de representação. O significante nada produz senão na relação entre S1 e S2, ou seja, inserido em um sistema de relações diferenciais. Nesse processo, algo vem primeiro na composição da operação das associações e não carece do significado para funcionar nas relações do homem com o mundo.

Nesse sentido, compreendemos a estruturação subjetiva como a maneira pela qual o sujeito se constitui e se coloca no mundo. Essa elaboração inclui a instituição de sua aparelhagem psíquica e, também, a posição que ele assume diante da falta e diante do Outro. Assim, levando em conta a dimensão significante, consideramos que as questões levantadas neste trabalho instituíram o percurso trilhado para adentrarmos no enigmático universo dos autismos e, com isso, avançarmos na busca pelo que responde estruturalmente por sua constituição subjetiva.

Tendo em vista os estudos acerca do funcionamento psíquico e do nó borromeano na psicanálise, vislumbramos que o tratamento das crianças autistas pressupõe o reconhecimento da singularidade, atravessada pela noção de não-todo e pela experiência inconsciente. Nesse caso, entendemos que a lógica singular põe em articulação as indeterminações psíquicas e o jogo pulsional. Importa, portanto, que todo e qualquer tratamento voltado para os casos de autismos cause efeitos para além de uma convicção diagnóstica e ou de uma determinação psíquica. Considerando tal proposição, reconhecemos legítima a realização de intervenções



precoces, antes da constituição de uma estrutura psíquica em sua integralidade, se essa interferência resultar em implicações psíquicas menos drásticas *a posteriori*, embora não haja garantias sobre os benefícios dessa intervenção.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 13.438, de 26 de abril de 2017. Altera a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar obrigatória a adoção pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de protocolo que estabeleça padrões para a avaliação de riscos para o desenvolvimento psíquico das crianças.

FREUD, S. (1891[1977]). *A interpretação das afasias*. Lisboa: Edições Biblioteca 70.

FREUD, S. (1895[1950]). “Projeto para uma psicologia científica”, in: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. 1. Rio de Janeiro: Imago.

LACAN, J. Jaques. (1957[1998]). “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud”, in: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.

LACAN, J. (1961[1962]). *O Seminário. Livro 9: A identificação*. Tradução (Provisória) da Associação Freudiana Internacional. Seminário inédito.

LACAN, J. (1974-1975). *O Seminário. Livro 22: R. S. I*. Tradução não publicada.

LEFORT, R. e LEFORT, R., (1951-1952[1984]). *O nascimento do Outro*. Salvador/BA: Biblioteca Freudiana Brasileira.

LEFORT, R. e LEFORT, R. (2017). *A distinção do autismo*. Trad. Ana Lydia Santiago e Cristina Vidigal. Belo Horizonte: Relicário.

MALEVAL, J. C. (2015). “Por que a hipótese a de uma estrutura autística?”. *Opção Lacaniana*, nova série, ano 6, n.º 18.

VORCARO, A. M. e FERREIRA, Tânia (2017). *O tratamento psicanalítico de crianças autistas: diálogo com múltiplas experiências*. Belo Horizonte: Autêntica.

VORCARO, Ângela. M. R. (2017). “Um refrão surdo ressoa no corpo”. In: BURGARELLI, Cristóvão Giovanni (org.). *Padecer do significante: a questão do sujeito*. Campinas, SP: Editora Mercado de Letras.

VORCARO, Ângela M. R. (2016). *Paradoxos do diagnóstico psicanalítico nos autismos*.



Estilos da clínica. vol. 21 n.º 3, São Paulo.

VORCARO, Ângela. M. R. e CAPANEMA, Carla Almeida (2010). “Desastre e acontecimento na realidade psíquica”. *Psicologia Revista*, vol. 16, n.º 3, Belo Horizonte.